

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

MARIA AUXILIADORA COSTA DIAS

**ACESSO À INFORMAÇÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA
SEÇÃO DE INCLUSÃO PARA USUÁRIOS/AS COM NECESSIDADES ESPECIAIS
DA BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**

JOÃO PESSOA

2013

MARIA AUXILIADORA COSTA DIAS

**ACESSO À INFORMAÇÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA
SEÇÃO DE INCLUSÃO PARA USUÁRIOS/AS COM NECESSIDADES ESPECIAIS
DA BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof^a Dra. Gisele Rocha Côrtes

JOÃO PESSOA

2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D541a Dias, Maria Auxiliadora Costa.

Acesso à informação para pessoas com deficiência visual na Seção de Inclusão para Usuários/as com Necessidades Especiais da Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba./ Maria Auxiliadora Costa Dias. – João Pessoa: UFPB, 2013.

62f.: il.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Gisele Rocha Côrtes

Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – UFPB/CCSA.

1. Acessibilidade. 2. Inclusão social. 3. Deficiência visual. 4. Biblioteca Universitária. I. Título.

UFPB/CCSA/BS

CDU: 02(043.2)

MARIA AUXILIADORA COSTA DIAS

**ACESSO À INFORMAÇÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA
SEÇÃO DE INCLUSÃO PARA USUÁRIOS/AS COM NECESSIDADES ESPECIAIS
DA BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Monografia Aprovada em : ____ / ____ / ____

Banca Examinadora

Prof^a Dra. Gisele Rocha Côrtes
Orientadora

Profa. Ms. Ediane Toscano Galdino de Carvalho

Profa. Ms Geysa Flávia Câmara de Lima Nascimento

*“O saber é uma dádiva divina
para os que não enxergam a luz”*

Maestro José Laurentino

DEDICATÓRIA

A minha querida mãe, Maria do Socorro Costa Dias (*in memoriam*), que ao lado de meu pai foram mentores e responsáveis pela formação pessoal e profissional de seus quatro filhos/as, cujo exemplo de vida familiar, intelectual e profissional, tornou-a motivo de orgulho para todos os que com ela tiveram a oportunidade de conviver.

AGRADECIMENTOS

A DEUS, por estar sempre comigo, dando-me força, coragem e paciência.

Aos meus pais, Antonio José Dias e Maria do Socorro Costa Dias (*in memoriam*) que não mediram esforços nesta e em outras caminhadas.

Aos meus irmãos José Heládio, Jorge e Aldenoura por todo amor, carinho e dedicação. Por sempre acreditarem em mim.

A meu esposo Djalmir, pela paciência e compreensão, pelo amor, respeito e dedicação. Que por tantas vezes viveu a ausência da minha presença, mas nunca a do meu amor!

Aos professores/as do curso de Biblioteconomia, por compartilharem comigo seus conhecimentos, em especial, a professora orientadora Gisele Rocha Côrtes, por ter aceitado esta orientação, pela paciência e compreensão, pelo carinho e atenção.

Aos amigos/as do curso e do estágio pela amizade construída ao longo da caminhada.

A todos/as os/as funcionários/as dos locais em que estagiei: Arquivo Geral da Reitoria, Seção de Periódicos da Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba e Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Exatas e da Natureza.

Aos amigos/as da residência, por compartilharem, diariamente, durante estes cinco anos, minhas lutas, meus anseios... minhas vitórias.

Aos familiares e amigos/as que estiveram ao meu lado, me apoiando, me incentivando e todos/as que diretamente ou indiretamente, contribuíram para que este trabalho pudesse ser realizado.

A todos/as, minha eterna gratidão!

RESUMO

Descreve as formas de acesso à informação no contexto das bibliotecas universitárias como direito de cidadania, propondo conhecer a problemática dos/as estudantes com deficiência visual da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Analisa os instrumentos e serviços oferecidos pela Seção de Inclusão para Usuários/as com Necessidades Especiais (SIUNE) da Biblioteca Central da Universidade aos estudantes com deficiência visual: cegos e de baixa visão. Caracteriza os/as funcionários/as da Seção e os/as estudantes; e as necessidades informacionais dos/as estudantes. Utilizou-se como abordagem metodológica a pesquisa quantitativa e qualitativa e como instrumentos de coleta de dados um questionário com questões abertas e fechadas para funcionários/as e estudantes. A pesquisa revela que a SIUNE constitui instrumento fundamental para a inclusão social e o acesso à informação dos/as estudantes com deficiência visual, mas evidencia também que necessita potencializar as ações de divulgação da unidade, uma vez que os instrumentos e os serviços oferecidos são pouco utilizados e conhecidos pelos/as estudantes. Os resultados mostram um panorama que torna possível subsidiar futuras ações para uma melhor atuação do setor visando atender de forma efetiva as necessidades informacionais dos/as estudantes com deficiência visual.

Palavras-chave: Acessibilidade. Inclusão social. Deficiência visual. Biblioteca Universitária.

ABSTRACT

Describes ways to access information in the context of university libraries as a right of citizenship, the problem of proposing know / the visually impaired students of the Federal University of Paraíba (UFPB). Looks at the tools and services offered by the Section for Inclusion Users / as with Special Needs (SIUNE) of the Central Library of the University to students with visual impairment: blind and low vision. It features / the staff / the Section and / the students, and the informational needs of / the students. It was used as a methodological approach to qualitative and quantitative research, and instruments for data collection a questionnaire with open and closed questions to staff / and the students. The research reveals that SIUNE constitutes a fundamental instrument for social inclusion and access to information from / to students with visual impairments, but also highlights the actions that need to enhance dissemination of the unit, since the tools and services offered are little used and known by / the students. The results show a panorama that makes it possible to support future actions for improved performance of the sector to meet effectively the needs of informational / the students with visual impairments.

Keywords: Accessibility. Social inclusion. Visual impairment. University Library.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	15
2.1 ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO.....	15
2.1.1 Acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência: um passeio na história.....	17
2.1.2 Deficiência.....	19
2.1.2.1 Deficiência visual.....	25
2.2 INSTRUMENTOS QUE POSSIBILITAM O ACESSO À INFORMAÇÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL.....	27
2.2.1 A escrita Braille.....	27
2.2.2 Tecnologias assistivas de informação e comunicação.....	28
2.2.2.1 Dosvox.....	29
2.2.2.2 Jaws.....	30
2.2.2.3 Virtual Vision.....	30
2.2.2.4 Hardwares e Softwares de ampliação.....	30
2.3 BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS E ACESSIBILIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	31
2.3.1 Biblioteca Universitária.....	33
2.3.2 Campo de pesquisa: Seção de Inclusão para Usuários/as Com Necessidades Especiais da Biblioteca Central da UFPB.....	36
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	39
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	39
3.2 CAMPO DE PESQUISA.....	39
3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA DA PESQUISA.....	40
3.4 INSTRUMENTO DE PESQUISA.....	40
4 ANÁLISE DOS DADOS.....	41
4.1 ANÁLISE REFERENTE AOS FUNCIONÁRIOS.....	41
4.2 ANÁLISE REFERENTE AOS USUÁRIOS/AS.....	43
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50

REFERÊNCIAS.....	52
APÊNDICES.....	57

1 INTRODUÇÃO

No final do século XX a sociedade passou por profundas transformações: os avanços da Ciência, da Tecnologia, de novos serviços de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e, principalmente, as conquistas e definições de direitos humanos, que culminaram na mudança de posturas sociais, de modo especial, na vida dos/as que estão impossibilitados de acessar ambientes, produtos e serviços; promovendo-lhes acesso educacional, informacional, comunicacional e, conseqüentemente, a sua inclusão social.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos proclamada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 10 de dezembro de 1948 aponta, em seu artigo 1º que todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade. A Declaração dos Direitos das Pessoas com Deficiência afirma que pessoas com deficiência têm os mesmos direitos civis e políticos dos demais seres humanos (ONU, 1975).

Políticas públicas de inclusão nacional e internacional garantem com base, em leis, direitos individuais e sociais para todos/as. Sobre isso, Pupo (2008, p. 65) explica que “[...] A legislação brasileira, gradativamente estabelece normas, regulamentos e definições que conscientizam e impulsionam no sentido de quebrar as barreiras físicas e comportamentais [...]”.

O Decreto 3.298, de 20 de dezembro de 1999 dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência e compreende o conjunto de orientações normativas que objetiva assegurar, por órgãos e entidades, do Poder Público, o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas com deficiência assegurando - lhes o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à assistência social e à cultura.

A Portaria 3.284, de 07 de novembro de 2003, dispõe sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas com deficiência, para instruir os processos de autorização de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições condicionando os requisitos de acessibilidade aos processos de credenciamento de Instituições de Ensino Superior (IES) e reconhecimento de seus cursos, pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC). Tais requisitos são estabelecidos pela Secretaria de

Educação Superior, com apoio técnico da Secretaria de Educação tomando-se como referência a Norma 9050/2004 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que trata da Acessibilidade de Pessoas com Deficiência a Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamentos Urbanos.

Para Gonzalez (2003), existem, entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, diferenças significativas, quanto à criação de serviços e capacitação para a comunidade com deficiência. Nos primeiros a legislação existe, é conhecida e respeitada pela sociedade. Nos países em desenvolvimento existem, mas quase não são conhecidas e/ou respeitadas. Devido a este não cumprimento as dificuldades encontradas pelas pessoas com deficiência são ainda maiores.

A proposta em realizar a pesquisa sobre a temática surgiu a partir da convivência familiar, com minha prima e seu companheiro, ambos com deficiência visual. Por meio deles tive a oportunidade de conhecer à escrita Braille e as tecnologias assistivas. O interesse pelos métodos de acesso à informação para pessoas com deficiência visual foi ampliado quando minha irmã tornou-se professora do Instituto dos Cegos da Paraíba Adalgisa Cunha e Transcritora Braille no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB). Motivada, como futura profissional da informação e pela observação da presença de estudantes com deficiência visual no Ensino Superior, surge então a relevância da pesquisa do ponto de vista social e acadêmico.

Considera-se que a verdadeira inclusão das pessoas com deficiência visual no ensino superior inclui não somente o acesso à universidade, mas as condições necessárias para sua permanência na Instituição, o que implica terem suas necessidades informacionais garantidas.

Para as pessoas com deficiência visual o acesso à leitura se dá utilizando-se da escrita Braille, sistemas de leitores de tela com síntese de voz e áudio books.

Na educação básica o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) que tem como principal objetivo subsidiar o trabalho pedagógico dos/as professores/as por meio da distribuição de coleções de livros didáticos, também atende aos alunos/as que são público-alvo da educação especial. Nas Instituições de Ensino Superior (IES) é necessário que a Biblioteca, que tem como missão dar suporte informacional aos programas de ensino, pesquisa e extensão, ofereça infraestrutura que permita esse acesso.

O estudo se propõe a discutir a problemática dos/as estudantes com deficiência visual de nível superior quanto ao acesso à informação com os seguintes questionamentos:

- Quais são os instrumentos e serviços oferecidos pela SIUNE da Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), aos estudantes com deficiência visual: cegos e de baixa visão? Quais as características e as necessidades dos/as usuários/as que acessam a Seção?

Ao responder as questões elencadas, se propõe orientar e apresentar propostas para a melhoria do atendimento aos/as usuários com deficiência visual da SIUNE da BC/UFPB.

Nessa perspectiva, o objetivo geral da presente pesquisa é analisar as formas de acesso à informação, oferecidas, pela SIUNE da BC/UFPB aos estudantes com deficiência visual: cegos e de baixa visão. Os objetivos específicos delinearam-se da seguinte forma: conhecer os instrumentos e os serviços ofertados na Seção, aos estudantes com deficiência visual: cegos e de baixa visão; caracterizar funcionários/as e usuários/as da Seção; conhecer as necessidades dos/as usuários/as e; propor ações para realização de atividades que satisfaçam as necessidades informacionais dos/as usuários/as para que tenham acesso à informação.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O referencial teórico foi direcionado a partir de conceitos de acessibilidade; inclusão; deficiência e deficiência visual; bibliotecas universitárias; entre outras informações necessárias a temática em estudo.

2.1 ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

Durante muito tempo a estrutura da sociedade inabilitou e excluiu as pessoas com algum tipo de deficiência. Em diversas culturas observam-se diversas fases e formas de lidar com a questão, que vão da exclusão a recente inclusão. A fase da exclusão que é marcada pelas práticas de eliminação das pessoas com deficiência da sociedade foi substituída pela fase da segregação, caracterizada pelo confinamento das pessoas com deficiência em instituições de caridade. Gradativamente, a exclusão foi substituída pela fase da integração, prática da inserção das pessoas com deficiência preparada para conviver na sociedade, ou seja, a pessoa com deficiência devia adaptar-se ao meio e a recente fase da inclusão, que em oposição, ao movimento de integração, prepara a sociedade para que esta possibilite a convivência das pessoas com deficiência na sociedade.

Conceitua-se inclusão social como o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. (SASSAKI, 2006, p. 39)

Melo (2008, p.30) declara que “para o delineamento de uma sociedade mais inclusiva [...], torna-se cada vez mais importante que propostas para a acessibilidade estejam articuladas [...].”

O Decreto 5.296, de 02 de dezembro de 2004, considera acessibilidade como a possibilidade e condição de alcance, com autonomia, comodidade e segurança aos espaços físicos e as atividades que incluem o uso de produtos, serviços e informação, por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. E para medidas

efetivas de acessibilidade, a publicação Mídia e Deficiência da série Diversidade, da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI) e Fundação Banco do Brasil, apresenta os seguintes contextos:

- a) Acessibilidade arquitetônica: não deve haver barreiras ambientais físicas, nas residências, nos edifícios, nos espaços urbanos, nos meios de transportes individual ou coletivo.
- b) Acessibilidade comunicacional: não deve haver barreiras na comunicação interpessoal, escrita, virtual.
- c) Acessibilidade metodológica: não deve haver barreira nos métodos e técnicas de estudo, trabalho, de ação comunitária, de educação dos/as filhos/as.
- d) Acessibilidade instrumental: não deve haver barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo, de trabalho, de lazer e de recreação.
- e) Acessibilidade programática: não deve haver barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas, normas, e regulamentos.
- f) Acessibilidade atitudinal: não deve haver preconceito, estigmas estereótipos e discriminações, nas pessoas em geral.

No Brasil, os parâmetros de acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos são estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) NBR 9050/2004. E ainda, em nosso ordenamento jurídico, é possível aprofundar que a Constituição é nitidamente inspirada em princípios que visam à inclusão social. Além de garantir o direito à igualdade e a não discriminação, afirma como objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil (art.3º), a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; reduzir as desigualdades sociais; promover o bem de todos/as, sem preconceitos.

Em relação às pessoas com deficiência a constituição dispõe no artigo 23, inc. II, que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, cuidar da saúde e da assistência pública, da proteção e da garantia das pessoas com deficiência. Mais uma vez no seu artigo 227 determina que o poder

Público deve promover programas de assistência integral à saúde da criança e do/a adolescente, que contemplem a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos em relação às pessoas com deficiência. O mesmo artigo, em § 2º determina que a lei disponha sobre normas de construção dos logradouros, dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas com deficiência.

2.1.1 Acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência: um passeio na história

A relação entre a sociedade e as pessoas com deficiência começou a mudar na segunda metade do século XX.

Foi no bojo do processo de formação de movimentos sociais em prol de novos direitos, intensificados no pós 2ª Guerra Mundial, que as pessoas com deficiência passam a ser reconhecidas também como sujeitos de direitos. (BRUMER; PAVEI; MOCELIN, 2004, p. 302)

Santos (1995) atribuiu como um dos fatores para o surgimento oficial dos primeiros indícios do movimento de integração da pessoa deficiente, na Europa, a Declaração Universal dos Direitos Humanos proclamada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 10 de dezembro de 1948.

Quanto ao surgimento de leis que atendessem as pessoas com deficiência, a Assembleia Geral da ONU proclamou, em 09 de dezembro de 1975, a Declaração dos Direitos das Pessoas com Deficiência e solicitou que fossem adotadas medidas em planos nacionais e internacionais para que esta fosse base e referência comuns para a proteção de direitos inerentes ao respeito, à capacitação e a considerações de suas necessidades especiais em todos os estágios de planejamento econômico e social. Seguindo a esta contextualização Vivianne Rigoldi (2011), nos situa:

Em 1981, a ONU proclamou o Ano Internacional da Pessoa com Deficiência e em 1982, aprovou o Programa de Ação Mundial para pessoa com deficiência e a década de 1983 a 1992, como forma objetiva de execução do referido programa. Seguiu-se a proclamação, também pela ONU, do ano de 1993 como marco da década de igualdade de oportunidades para a pessoa com

deficiência e, ainda, em 2006 fez consignar, na Convenção Internacional sobre os direitos da Pessoa com Deficiência, medidas de conscientização sobre deficiência. (RIGOLDI, 2011, p.319)

No Brasil, especificamente e recentemente, os direitos das pessoas com deficiência estão postos “[...] cabe ao Estado criar políticas públicas para efetivar esses direitos com vistas à diretriz constitucional de inclusão social” afirma Rigoldi (2011, p.320).

Partindo desta perspectiva as ações afirmativas são medidas urgentes e inteiramente justificáveis quando estão aptas a efetivar os direitos garantidos deste grupo social que precisa de tratamento específico.

No enfoque educacional, as discussões se intensificaram inclusive no Brasil, com a Declaração de Salamanca (1994), documento mundial que reconhecendo a necessidade e a urgência de garantir educação apropriada para crianças, jovens e adultos com necessidades educativas especiais, sancionou o enquadramento de ações na área das Necessidades Educativas Especiais, capazes de irem ao encontro, destas necessidades, guiados pelo espírito das suas propostas e recomendações.

Em relação ao Brasil, em 2005, o Ministério da Educação por meio da Secretaria de Educação Especial divulgou um documento para orientar um programa chamado: “Educação Inclusiva: direito à diversidade” de acordo com este programa seus gestores estavam encarregados de construir uma ação coletiva que visasse à qualidade e garantisse o respeito aos direitos constitucionais dos/as alunos/as com necessidades educacionais especiais.

Em 2008 foi apresentada pelo Ministério da Educação a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação inclusiva. O documento, apresentado pelo Ministério e a Política, citados anteriormente, inscreveram em suas primeiras linhas a afirmação de que “a educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis”.

Tal paradigma lembra Rigoldi (2011, p. 324) “Aponta para uma preocupação voltada à efetividade do direito à educação especial a partir da qualidade e

especificidade, até então deixada à margem da proposta principal de inclusão social por meio da educação inclusiva”.

No entanto, o Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011, do atual governo extinguiu a secretaria e vinculou suas ações e programas a uma nova secretaria A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). Esta tem por objetivo “contribuir para o desenvolvimento inclusivo dos sistemas de ensino, voltado à valorização das diferenças e da diversidade, a promoção da educação inclusiva, dos direitos humanos e da sustentabilidade sócio-ambiental visando à efetivação de políticas públicas transversais e intersetoriais”.

2.1.2 Deficiência

As definições do termo deficiência encontradas na literatura, nacional e internacional, são muito variadas e estão sempre sendo revistas. Elas variam conforme o enfoque social ou médico, que apresentaremos abaixo.

No Brasil, o Decreto n. 3.956 de 08 de outubro de 2001 definiu deficiência como uma restrição física, mental ou sensorial de natureza permanente ou transitória que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária.

De acordo com Amiralian; Pinto; Ghirardi et al (2000, p.98). A Organização Mundial de Saúde (OMS), em 1976, publicou o *International Classification of impairments, disabilities, and handicaps: a manual of classification relating to the consequences of disease* (ICIDH), sendo sua tradução a Classificação Internacional de deficiências, incapacidades e desvantagens: um manual de classificação das consequências das doenças (CIDID), publicada em 1989. O manual propõe uma classificação da conceituação de deficiência, referencial e unificada na área de saúde evitando-se utilizar a mesma palavra para designar as deficiências, incapacidades e desvantagens. Conceituando:

Deficiência: perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, temporária ou permanente. Incluem-se nessas a ocorrência de uma anomalia, defeito ou perda de um membro, órgão, tecido ou qualquer outra estrutura do corpo, inclusive das funções mentais. Representa a exteriorização de um estado patológico, refletindo um distúrbio orgânico, uma perturbação no órgão.

Incapacidade: restrição, resultante de uma deficiência, da habilidade para desempenhar uma atividade considerada normal para o ser humano. Surge como consequência direta ou é resposta do indivíduo a uma deficiência psicológica, física, sensorial ou outra. Representa a objetivação da deficiência e reflete os distúrbios da própria pessoa, nas atividades e comportamentos essenciais à vida diária.

Desvantagem: prejuízo para o indivíduo, resultante de uma deficiência ou uma incapacidade, que limita ou impede o desempenho de papéis de acordo com a idade, sexo, fatores sociais e culturais. Caracteriza-se por uma discordância entre a capacidade individual de realização e as expectativas do indivíduo ou do seu grupo social. Representa a socialização da deficiência e relaciona-se às dificuldades nas habilidades de sobrevivência. (OMS, 1976 apud AMIRALIAN; PINTO; GHIRARDI et al 2000, p.98).

Numa perspectiva histórica é possível verificar, através de documentos, que vários foram os termos empregados, em cada época, produzindo uma série de sentidos e significados desprovidos de valores de dignidade humana. Tais consequências fizeram surgir muitas classificações desde “pessoas deficientes” a “pessoas especiais” e retornando para “pessoas com deficiência”. Este percurso histórico pode ser observado num panorama, ainda que superficial colocado por Sasaki (2003) no quadro a seguir:

ÉPOCA	TERMOS E SIGNIFICADOS	VALOR DA PESSOA
<p>No começo da história, durante séculos.</p> <p>Romances, nomes de instituições, leis, mídia e outros meios mencionavam “os inválidos”. Exemplos: “A reabilitação profissional visa a proporcionar aos beneficiários inválidos ...” (Decreto federal nº 60.501, de 14/3/67, dando nova redação ao Decreto nº 48.959-A, de 19/9/60).</p>	<p>“Os inválidos”.</p> <p>O termo significava “<u>indivíduos sem valor</u>”. Em pleno século 20, ainda se utilizava este termo.</p> <p>Outro exemplo:</p> <p>“Inválidos insatisfeitos com lei relativa aos ambulantes” (<i>Diário Popular</i>, 21/4/76).</p>	<p>Aquele que tinha deficiência era tido como socialmente inútil, um peso morto para a sociedade, um fardo para a família, alguém sem valor profissional.</p> <p>Outros exemplos:</p> <p>“Servidor inválido pode voltar” (<i>Folha de S. Paulo</i>, 20/7/82).</p> <p>“Os cegos e o inválido” (<i>IstoÉ</i>, 7/7/99).</p>
<p>Século 20 até ± 1960.</p> <p>“Derivativo para incapacitados” (<i>Shopping News</i>, Coluna Radioamadorismo, 1973).</p> <p>“Escolas para crianças</p>	<p>“Os incapacitados”.</p> <p>O termo significava, de início, “<u>indivíduos sem capacidade</u>” e, mais tarde, evoluiu e passou a significar “<u>indivíduos com</u></p>	<p>Foi um avanço da sociedade reconhecer que a pessoa com deficiência poderia ter capacidade residual, mesmo que reduzida.</p>

<p>incapazes” (<i>Shopping News</i>, 13/12/64).</p> <p>Após a I e a II Guerras Mundiais, a mídia usava o termo assim: “A guerra produziu incapacitados”, “Os incapacitados agora exigem reabilitação física”.</p>	<p><u>capacidade residual</u>”. Durante várias décadas, era comum o uso deste termo para designar pessoas com deficiência de qualquer idade. Uma variação foi o termo “os incapazes”, que significava “<u>indivíduos que não são capazes</u>” de fazer algumas coisas por causa da deficiência que tinham.</p>	<p>Mas, ao mesmo tempo, considerava-se que a deficiência, qualquer que fosse o tipo, eliminava ou reduzia a capacidade da pessoa em <u>todos</u> os aspectos: físico, psicológico, social, profissional etc.</p>
<p>De ± 1960 até ± 1980.</p> <p>“Crianças defeituosas na Grã-Bretanha tem educação especial” (<i>Shopping News</i>, 31/8/65).</p> <p>No final da década de 50, foi fundada a Associação de Assistência à Criança <u>Defeituosa</u> – AACD (hoje denominada Associação de Assistência à Criança Deficiente).</p> <p>Na década de 50 surgiram as primeiras unidades da Associação de Pais e Amigos dos <u>Excepcionais</u> (Apae).</p>	<p>“os defeituosos”.</p> <p>O termo significava “<u>indivíduos com deformidade</u>” (principalmente física).</p> <p>“os deficientes”. Este termo significava “<u>indivíduos com deficiência</u>” física, mental, auditiva, visual ou múltipla, que os levava a executar as funções básicas de vida (andar, sentar-se, correr, escrever, tomar banho etc.) de uma forma diferente daquela como as pessoas sem deficiência faziam. E isto começou a ser aceito pela sociedade.</p> <p>“Os Excepcionais”. O termo significava “<u>indivíduos com deficiência mental</u>”.</p>	<p>A sociedade passou a utilizar estes três termos, que focalizam as deficiências em si sem reforçarem o que as pessoas não conseguiam fazer como a maioria.</p> <p>Simultaneamente, difundia-se o movimento em defesa dos direitos das pessoas superdotadas (expressão substituída por “pessoas com altas habilidades” ou “pessoas com indícios de altas habilidades”). O movimento mostrou que o termo “os excepcionais” não poderia referir-se exclusivamente aos que tinham deficiência mental, pois as pessoas com superdotação também são excepcionais por estarem na outra ponta da curva da inteligência humana.</p>

<p>De 1981 até ± 1987.</p> <p>Por pressão das organizações de pessoas com deficiência, a ONU deu o nome de “Ano Internacional das <u>Pessoas Deficientes</u>” ao ano de 1981.</p> <p>E o mundo achou difícil começar a dizer ou escrever “<u>pessoas deficientes</u>”. O impacto desta terminologia foi profundo e ajudou a melhorar a imagem destas pessoas.</p>	<p>“Pessoas Deficientes”. Pela primeira vez em todo o mundo, o substantivo “deficientes” (como em “os deficientes”) passou a ser utilizado como adjetivo, sendo-lhe acrescentado o substantivo “pessoas”.</p> <p>A partir de 1981, <u>nunca mais</u> se utilizou a palavra “indivíduos” para se referir às pessoas com deficiência.</p>	<p>Foi atribuído o valor “pessoas” àqueles que tinham deficiência, igualando-os em direitos e dignidade à maioria dos membros de qualquer sociedade ou país.</p> <p>A Organização Mundial de Saúde (OMS) lançou em 1980 a <i>Classificação Internacional de Impedimentos, Deficiências e Incapacidades</i>, mostrando que estas três dimensões existem simultaneamente em cada pessoa com deficiência.</p>
<p>De ± 1988 até ± 1993.</p> <p>Alguns líderes de organizações de pessoas com deficiência contestaram o termo “pessoa deficiente” alegando que ele sinaliza que a pessoa inteira é deficiente, o que era inaceitável para eles.</p>	<p>“Pessoas portadoras de deficiência”.</p> <p>Termo que, utilizado somente em países de língua portuguesa, foi proposto para substituir o termo “pessoas deficientes”.</p> <p>Pela lei do menor esforço, logo reduziram este termo para “portadores de deficiência”.</p>	<p>O “portar uma deficiência” passou a ser um valor agregado à pessoa. A deficiência passou a ser um detalhe da pessoa. O termo foi adotado nas Constituições Federal e Estaduais e em todas as leis e políticas pertinentes ao campo das deficiências. Conselhos, coordenadorias e associações passaram a incluir o termo em seus nomes oficiais.</p>
<p>De ± 1990 até hoje.</p> <p>O art. 5º da Resolução CNE/CEB nº 2, de 11/9/01, explica que as necessidades especiais decorrem de três situações, uma das quais envolvendo dificuldades vinculadas a deficiências e dificuldades não-vinculadas a uma causa orgânica.</p>	<p>“Pessoas com necessidades especiais”.</p> <p>O termo surgiu primeiramente para substituir “deficiência” por “necessidades especiais”. Daí a expressão “portadores de necessidades especiais”. Depois, esse termo passou a ter significado próprio sem substituir o nome “pessoas com deficiência”.</p>	<p>De início, “necessidades especiais” representava apenas um novo termo.</p> <p>Depois, com a vigência da Resolução nº 2, “necessidades especiais” passou a ser um valor agregado tanto à pessoa com deficiência quanto a outras pessoas.</p>
<p>Mesma época acima.</p> <p>Surgiram expressões como</p>	<p>“Pessoas especiais”.</p> <p>O termo apareceu como uma</p>	<p>O adjetivo “especiais” permanece como uma simples palavra, sem agregar valor</p>

<p>“crianças especiais”, “alunos especiais”, “pacientes especiais” e assim por diante numa tentativa de amenizar a contundência da palavra “deficientes”.</p>	<p>forma reduzida da expressão “pessoas com necessidades especiais”, constituindo um eufemismo dificilmente aceitável para designar um segmento populacional.</p>	<p>diferenciado às pessoas com deficiência. O “especial” não é qualificativo exclusivo das pessoas que têm deficiência, pois ele se aplica a qualquer pessoa.</p>
<p>Em junho de 1994.</p> <p>A Declaração de Salamanca preconiza a educação inclusiva para todos, tenham ou não uma deficiência.</p>	<p>“Pessoas com Deficiência” e pessoas sem deficiência, quando tiverem necessidades educacionais especiais e se encontrarem segregadas, têm o direito de fazer parte das escolas inclusivas e da sociedade inclusiva.</p>	<p>O valor agregado às pessoas é o de elas fazerem parte do grande segmento dos excluídos que, com o seu poder pessoal, exigem sua inclusão em todos os aspectos da vida da sociedade. Trata-se do empoderamento.</p>
<p>Em maio de 2002.</p> <p>O Frei Betto escreveu no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> um artigo em que propõe o termo “portadores de direitos especiais” e a sigla PODE.</p> <p>Alega o proponente que o substantivo “deficientes” e o adjetivo “deficientes” encerram o significado de falha ou imperfeição enquanto que a sigla PODE exprime capacidade.</p> <p>O artigo, ou parte dele, foi reproduzido em revistas especializadas em assuntos de deficiência.</p>	<p>“Portadores de direitos especiais”.</p> <p>O termo e a sigla apresentam problemas que inviabilizam a sua adoção em substituição a qualquer outro termo para designar pessoas que têm deficiência. O termo “portadores” já vem sendo questionado por sua alusão a “carregadores”, pessoas que “portam” (levam) uma deficiência. O termo “direitos especiais” é contraditório porque as pessoas com deficiência exigem equiparação de direitos e não direitos especiais. E mesmo que defendessem direitos especiais, o nome “portadores de direitos especiais” não poderia ser exclusivo das pessoas com deficiência, pois qualquer outro grupo vulnerável pode reivindicar direitos especiais.</p>	<p>Não há valor a ser agregado com a adoção deste termo, por motivos expostos na coluna ao lado e nesta.</p> <p>A sigla PODE, apesar de lembrar “capacidade”, apresenta problemas de uso:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Imaginem a mídia e outros autores escrevendo ou falando assim: <i>“Os Podes de Osasco terão audiência com o Prefeito...”</i>, <i>“A Pode Maria de Souza manifestou-se a favor ...”</i>, <i>“A sugestão de José Maurício, que é um Pode, pode ser aprovada hoje ...”</i> 2) Pelas normas brasileiras de ortografia, a sigla PODE precisa ser grafada “Pode”. <p>Norma: Toda sigla com mais de 3 letras, pronunciada como uma palavra, deve ser grafada em caixa baixa com exceção da letra inicial.</p>
<p>De ± 1990 até hoje.</p>	<p>“Pessoas com deficiência” passa</p>	<p>Os valores agregados às pessoas</p>

<p>A década de 90 e a primeira década do século 21 e do Terceiro Milênio estão sendo marcadas por eventos mundiais, liderados por organizações de pessoas com deficiência.</p>	<p>a ser o termo preferido por um número cada vez maior de adeptos, boa parte dos quais é constituída por pessoas com deficiência que, no maior evento (“Encontrão”) das organizações de pessoas com deficiência, realizado no Recife em 2000, conclamaram o público a adotar este termo. Elas esclareceram que não são “portadoras de deficiência” e que não querem ser chamadas com tal nome.</p>	<p>com deficiência são:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) o do empoderamento [uso do poder pessoal para fazer escolhas, tomar decisões e assumir o controle da situação de cada um] e 2) o da responsabilidade de contribuir com seus talentos para mudar a sociedade rumo à inclusão de todas as pessoas, com ou sem deficiência.
--	---	--

Fonte: Sasaki (2003).

Desta forma Sasaki (2003) nos contextualiza que muitos movimentos mundiais de pessoas com deficiência estão agrupando forças na conquista de instituírem o nome pela qual desejam ser chamadas, a saber: pessoas com deficiência. Este documento também integra aos outros que foram elaborados na Assembleia Geral da ONU em 2004. No Brasil, segundo a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República:

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, que garantem monitoramento e cumprimento das obrigações do Estado, foram assinados, sem reservas, em 30 de março de 2007, em um gesto de total compromisso do governo brasileiro com a conquista histórica da sociedade mundial e, principalmente, com o desafio vencido pelos 24,5 milhões de brasileiras e brasileiros com deficiência. Foram redigidos cinquenta artigos que tratam dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, revestidos com tudo que se faz indispensável para a emancipação desses cidadãos. (BRASIL, 2007, p.6)

A história da deficiência visual na humanidade é comum a todos os tipos de deficiências (mental, física e sensorial). Não se pode visualizar um movimento contínuo e homogêneo, pois em diversas culturas observam-se as diversas fases e formas de lidar com a questão: exclusão, segregação, integração e inclusão que variavam e variam de um lugar para outro num mesmo período.

2.1.2.1 Deficiência visual

Encontramos em Souza (2012) que cegueira é a deficiência visual caracterizada pela perda total da visão, seja ela congênita ou adquirida ao longo da vida.

Para algumas pessoas o termo “cego” é considerado pejorativo ou preconceituoso. Em face disto preferem o termo deficiente visual à palavra cego. Todavia, esses termos não são equivalentes. O conceito de deficiência visual é mais abrangente, engloba não só a cegueira como também a baixa visão.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) referem-se à cegueira como a “perda da visão, em ambos os olhos, ou com visão de menos de 0,1% no melhor olho após correção, ou um campo visual não excedente a 20 graus, no maior meridiano do melhor olho, mesmo com o uso de lentes de correção.” (BRASIL, 1999. p. 77)

O Decreto Federal nº 5.296, de 02 de dezembro 2004 define deficiência visual da seguinte forma:

- Cegueira - acuidade visual igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica;
- Visão subnormal - acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica;
- Casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°;
- Ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

Do ponto de vista educacional, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) delimita como cego àquele que mesmo com visão subnormal, também chamada de baixa visão, necessita do método Braille como meio de leitura e escrita, além de outros recursos didáticos e equipamentos especiais para a sua educação, e pessoa com visão subnormal aquela que lê impressos em tinta ampliados ou com o auxílio de potentes recursos ópticos. (BRASIL, 1999)

Na Antiguidade, idosos/as, enfermos/as e pessoas com qualquer tipo de deficiência eram mortos ou abandonados em lugares sem condições de sobrevivência, não só por serem considerados inúteis para a sociedade, mas os/as enfermos/as e deficientes, por serem consideradas pessoas possuídas pelo

demônio, cujas marcas de impurezas e pecados expressavam-se na enfermidade ou deficiência.

Na Antigüidade, de um modo geral, existiam dois tipos de tratamentos atribuídos às pessoas que, por alguma razão, se afastavam dos padrões desejados, aceitos e ditos normais, tais como velhos, doentes e as pessoas com deficiências - que, quando não correspondiam às exigências do meio, eram tratadas ou com tolerância e apoio, ou com menosprezo e eliminação. (LOWENFELD et al, 1974; MECLOY, 1974; PESSOTI, 1984; AMIRALIAN, 1986; ROCHA, 1987; AMARAL, 1994; AMARAL, 1995; BRUNS, 1997 apud FRANCO; DIAS, 2005, p. indefinida).

Durante a Idade Média, a cegueira foi vista como castigo a crimes cometidos, ato de vingança ou pena judicial. A inquisição, por exemplo, sacrificou como hereges ou endemoniados milhares de pessoas, entre elas, pessoas com deficiência.

No século VIII, o imperador Leão III revogou o Código do Imperador Justiniano I que proclamava leis que fundamentavam o Direito Civil “todos os indivíduos, sem distinção eram de fato cidadãos.”, e promulgou a Lei, na qual os crimes seriam punidos com o vazamento dos olhos e com a deformação corporal (SOUZA, 2012)

No século XI, Basílio II, imperador de Constantinopla, depois de ter vencido os búlgaros em Belasitza, ordenou que fossem retirados os olhos de quinze mil prisioneiros e fê-los regressar para sua pátria. Porém, um em cada cem homens teve um olho conservado para que pudesse servir de guia aos outros noventa e nove. (MECLOY, 1974 apud FRANCO; DIAS, 2005, p. indefinida)

Por outro lado, um dos primeiros atos de preocupação com os cegos se deu, ainda na Idade Média, quando Luís XIII fundou, em Paris, o asilo de Quinze-Vingts, hospital para o tratamento de pessoas cegas, em função do grande número de seus soldados que ficaram cegos durante as Cruzadas.

Com o surgimento e fortalecimento do Cristianismo a igreja passou a demonstrar que todo ser humano tem o mesmo valor e que o próprio Evangelho dignificava a situação das pessoas com deficiência e a situação se modificou.

Durante o movimento Iluminista, que culminou com a Revolução Francesa, com a tríade Liberdade, Igualdade, Fraternidade a preocupação com a situação das pessoas com deficiência se intensificou.

Em 1784, Valentim Haüy inaugurou na França, O Instituto Real dos Jovens Cegos de Paris, a primeira escola do mundo destinada à educação de pessoas cegas marcando uma grande mudança e um avanço na história das pessoas com deficiência visual.

No século XX, os Estados Unidos iniciaram movimentos e ações de cunho integracionista, hoje em fase de substituição pelo movimento de inclusão.

Adotou-se na pesquisa, como delimitação do grupamento de deficiência visual, a pessoa cega e com baixa visão.

2.2 INSTRUMENTOS QUE POSSIBILITAM O ACESSO À INFORMAÇÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Seguindo as indicações de Pereira (2009) descobrimos que o acesso à linguagem escrita para pessoas com deficiência visual, utilizando-se de meios próprios para suas condições específicas, começou a surgir a partir dos séculos XVII e XVIII quando métodos como letras formadas com ripas ou varetas; caracteres desenhados em folhas de metal maleável; entre outros; permitiram-lhes os primeiros contatos com a escrita. Os inventos, no entanto, não lhes permitiam a escrita, eram meros exercícios tipográficos, sempre condenados à destruição e o problema só veio a melhorar com a invenção do Sistema Braille.

2.2.1 A escrita Braille

Pereira (2009) também nos diz que no início século XIX um jovem chamado Louis Braille, estudante do *Institut Royal des Jeunes Aveugles de Paris* (Instituto Real de Jovens Cegos de Paris), interessou-se e dedicou-se ao estudo, à análise, à pesquisa e à identificação dos aspectos positivos e negativos do sistema.¹ Louis Braille, a partir da significação tátil dos pontos em relevo, alterou o número de pontos de 12 para 6 e estruturou um código com 63 caracteres, atribuindo valores simbólicos a esses sinais. O Sistema foi imediatamente assimilado e aceito pelas

¹ Primeira escola para cegos/as, fundada em 1784, por Valentin Haüy, cujo aprendizado da leitura era feito pelo tato, decifrando-se letras comuns, em relevo, num papel grosso tomando conhecimento de um sistema sonográfico de leitura e escrita formado por 12 pontos para reconhecimento tátil, criado por Charles Barbier, oficial do exército francês, para comunicação noturna entre oficiais e soldados,

peessoas com deficiência visual, mas sofreu algumas resistências e tentativas, sem sucesso, para adoção de outras formas de leitura e escrita para pessoas com deficiência.

A escrita Braille, segundo Leite (2010), pode ser realizada com o uso de uma reglete que consiste em duas placas de metal ou plástico, sobrepostas, para introdução do papel e com o auxílio de um instrumento pontiagudo chamado punção utilizado para furar os pontinhos. Os sessenta e três caracteres extraídos do arranjo dos seis pontos são dispostos em duas colunas de três pontos e são numerados na coluna da direita de cima para baixo os números 1, 2, 3 e na coluna da esquerda de cima para baixo, 4, 5 e 6. Com estes instrumentos o Braille é escrito da direita para a esquerda, na sequência normal de letras e símbolos, mas para leitura é necessário à inversão do papel.

Conforme a autora supracitada, além da reglete e do punção, o Braille pode ser produzido através de máquinas especiais de datilografia, chamadas Perkins, que contém sete teclas: seis para representação do símbolo e uma para o espaçamento. O toque de uma ou mais teclas simultaneamente produz a combinação dos pontos em relevo, correspondente ao símbolo desejado.

Outros recursos importantes são as impressoras Braille que são semelhantes às máquinas especiais de datilografia, mas com porte para produção de textos Braille em série.

2.2.2 Tecnologias Assistivas de Informação e Comunicação

Com o advento das (TICs), além dos formatos impressos o acesso à informação para pessoas com deficiência visual, tornou-se possível utilizando-se de formatos gravados em áudio ou digital, como o audiolivro e o livro falado, que vão desde as mais antigas gravações em suportes análogos como a fita K7 até os digitais, CD-ROM, DVD, MP3, entre outros.

[...] o audiolivro diferencia-se do livro falado devido à transmissão de emoções [...]; enquanto o livro falado apresenta apenas uma leitura branca – jargão utilizado pela comunidade –, que significa uma leitura simples, objetiva, sem maiores expressões em sua narrativa, sob o interesse de representar o livro em tinta da forma mais fiel possível. (MENEZES; FRANKLIN, 2008, p. 62 - 63)

No final da década de 80 e início da década de 90, com o surgimento dos microcomputadores, ferramentas como softwares assistivos, leitores de tela e sintetizadores de voz revolucionaram a vida de pessoas com deficiência visual.

Esclarecemos que a diferença básica entre um sintetizador de voz e um programa leitor de telas, é que esse último vasculha a tela do computador, atrás das informações e envia-as para o sintetizador de voz que pode reproduzi-las em voz alta, para uma pessoa com deficiência visual que esteja utilizando um micro-computador com alto falantes ou fones de ouvido. (OLIVEIRA, 2008, p.8)

Dentre os vários suportes existentes citaremos os mais utilizados, no Brasil:

2.2.2.1 Dosvox

Sistema operacional nacional de síntese de voz para microcomputadores da linha PC (Computador Pessoal), que vem se desenvolvendo desde 1993 pelo Núcleo de Computação Eletrônica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NCE - UFRJ). Este programa surgiu, para auxiliar o/a aluno/a, com deficiência visual Marcelo Pimentel, do curso de Ciência da Computação.² O Dosvox é gratuito, possui mais de 80 programas, contém elementos de interface com o/a usuário/a; sistema de síntese de voz para a língua portuguesa; editor de textos, leitor e impressor comum e para o Braille; telnet, navegadores, jogos, ampliador de tela, programas sonoros para acesso à Internet, correio eletrônico, bate-papo, dentre outros. (MELO, et al, 2008)

2.2.2.2 Jaws

Sonza (2008) esclarece que o Jaws é um produto norte-americano desenvolvido pela empresa Henter-Joyce, pertencente ao grupo Freedom Scientific. Considerado o melhor leitor de tela do mundo é o mais caro do mercado. Interage com o ambiente Windows, nas versões, 95, 98, ME, NT, XP e 2000; a grande

² Marcelo é hoje programador do NCE onde trabalha sob orientação acadêmica do prof. José Antonio Borges, responsável pela coordenação do projeto *DOSVOX*.

maioria dos aplicativos deste sistema permite, facilmente, o acesso ao computador por pessoas com deficiência visual.

Dentre as características do Jaws citamos sua capacidade de sintetizar o texto apresentado em vários idiomas, inclusive no português do Brasil; a possibilidade de leitura por letra, palavra, linha, parágrafo ou texto completo; fornecimento de indicações das fontes de formatação utilizada; possibilidade de utilização de outros softwares, sintetizadores de voz e da leitura de algumas aplicações do Sistema Operacional MS-DOS.

2.2.2.3 Virtual Vision

Desenvolvido pela MicroPower (empresa de Ribeirão Preto – São Paulo), permite ao usuário/a trabalhar com o sistema operacional Windows e seus aplicativos. A primeira versão foi lançada em janeiro de 1998. É uma aplicação da tecnologia de síntese de voz que lê para o/a usuário/a todo conteúdo da tela selecionado por meio do teclado, inclusive planilhas, tabelas, textos e sites na Internet. Assim como o Jaws o Virtual Vision também funciona em programas para Windows, seus aplicativos Office, entre outros. (SONZA, 2008)

2.2.2.4 Hardwares e Softwares de ampliação

Os Hardwares de ampliação, de acordo com Sonza (2008) são as lupas eletrônicas manuais ou para TVs e os Softwares são os programas ampliadores de tela desenvolvidos para auxiliar pessoas com baixa visão.

A lupa eletrônica para TV constitui-se de um aparelho que acoplado a um televisor amplia em até 60 vezes o tamanho do material impresso e os ampliadores de tela são aplicativos como a LentePro, programa desenvolvido pelo projeto Dosvox que aumenta o conteúdo apresentado na tela do computador como se fosse uma lupa.

Tendo em vista os objetivos desta pesquisa, apresentaremos discussões sobre acessibilidade e suportes em bibliotecas universitárias e o campo de nossa pesquisa, a SIUNE da Biblioteca Central da UFPB.

2.3 BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS E ACESSIBILIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Desde as primeiras bibliotecas, essa palavra tem sido empregada para designar o local onde se armazenam livros. Buscando então conhecer a origem da palavra biblioteca encontramos em Lemos (1998, p.348) que:

[...] biblioteca, vem do vocabulário grego bibliotheca que significa de biblio, livro, e theke, estojo, compartimento, escaninho onde se guardavam os rolos de papiro ou pergaminho, por extensão a estante e, finalmente, o lugar das estantes com livros.

Porém, nem sempre foram livros os materiais que preenchiam as bibliotecas. Na antiguidade, por exemplo, seguindo a tecnologia utilizada pelo ser humano é possível classificá-las como: Minerais (tabletes de argila), Vegetais (rolos de papiro) e Animais (rolos de pergaminho que no século IV d. C. com o uso das duas faces deu formato ao livro na época denominado códex). Posteriormente, com o surgimento do papel, fabricado pelos árabes, deu-se início à formação das bibliotecas cujo acervo era em suporte de papel. (MORIGI e SOUTO, 2005)

Durante muito tempo a biblioteca teve como finalidade apenas o armazenamento do conhecimento. Na Idade Média, encontravam-se dentro dos mosteiros. O/a bibliotecário/a – ‘guardião do saber’, era um ser humano bastante culto e conhecedor de outras línguas. Somente ele recebia o conhecimento do bibliotecário que o precedesse, tinha o direito de mover-se no labirinto dos livros, de guardá-los, encontrá-los, conservá-los e decidir como e se devia fornecê-lo. (ECO, 2003). O acesso ao material era permitido apenas aos pertencentes às ordens religiosas ou pessoas que fossem aceitas por estas.

A biblioteca, segundo Fragoso e Duarte (2004), constitui um local aonde o conhecimento encontra-se arquivado, seja ele escrito, desenhado ou pintado, característico a um público específico.

Coutinho e Silva (2012) nos dizem que os serviços de informação são específicos ao público que devem atender, logo para atender adequadamente ao perfil da comunidade em que estão inseridas, as bibliotecas tornam-se cada vez mais especializadas, e surgem dentre outras, as seguintes tipologias: nacionais,

públicas, escolares, infanto-juvenis, especializadas, particulares, comunitárias e universitárias.

Tipo de Biblioteca	Finalidade	Público Alvo
Nacional	Preservar a memória do país.	Pesquisadores/as em geral.
Pública	Atender, em igualdade de condições, às necessidades de estudo, consulta e recreação de determinada comunidade.	Criança, jovens e adultos.
Escolar	Atender as demandas de profissionais e estudantes das etapas do ensino regular.	Profissionais e estudantes da educação infantil, do ensino fundamental e médio.
Infanto-juvenil	Atender as necessidades informacionais de lazer, educação e cultura.	Crianças e adolescentes.
Especializada	Atende a diferentes instituições e/ou categorias profissionais reunindo e divulgando documentos do campo específico de conhecimento.	Pesquisadores/as do campo específico em que a Biblioteca está inserida.
Particular	Atender a pesquisadores/as e/ou colecionadores/as em suas dependências.	Proprietário/a
Comunitária	Atender comunidades situadas em bairros da periferia ou áreas residenciais, criadas e mantidas por moradores/as que nelas se situam sem apoio governamental.	Comunidade em que a Biblioteca está inserida.
Universitária	Atender às necessidades informacionais de nível superior.	Estudantes e professores/as.

2.3.1 Bibliotecas universitárias

Ainda na Idade Média também, ligadas ao cunho religioso são instituídas as primeiras Universidades e surgem as Bibliotecas Universitárias. (NOVAK, 2010, p.21). Morigi e Souto (2005) ainda nos contam que por serem ligadas ao cunho religioso a produção e publicação das ideias intelectuais eram fiscalizadas pelos membros do clero. Somente a partir do período conhecido por Renascimento, em meados do século XV e XVI, os/as intelectuais foram ganhando mais autonomia e a laicização e democratização das Universidades e de suas Bibliotecas também. As Universidades modernas romperam laços com a Igreja Católica e novas características foram estruturando suas Bibliotecas.

A biblioteca e o/a bibliotecário/a contemporâneos têm agora como competências a organização, a preservação e a disseminação do conhecimento.

Constatando os novos horizontes que se descortinam a este profissional, devemos levar em considerações que o bibliotecário atual, em sua função social, necessita de educação, formação e conhecimentos relativos aos mais variados campos do conhecimento humano, que lhe possibilitem o conhecimento de problemas educativos, culturais e sociais pertinentes à sua área de atuação o que implicará possibilidades de solução. Além disso, é importante questionar o próprio conceito tradicional de biblioteca. Essa imagem evoluiu através dos tempos, passando de mero depósito a centro eminentemente social de difusão dos conhecimentos e da informação. (PEREIRA, 1996, p. 72-73)

Correspondente à unidade de informação de uma universidade e a serviço da comunidade discente/docente em que está inserida, a Biblioteca Universitária tem como missão dar suporte informacional aos programas de ensino, pesquisa e extensão:

Em decorrência da reforma do ensino superior em 1968, [...] passam a ser obrigatórias nas instituições de ensino superior, ao menos teoricamente. Contudo, na prática, bibliotecas dessa natureza, ainda não são reconhecidas como um instrumento coadjuvante do processo educativo universitário. (COUTINHO E SILVA, 2012, p.5)

Para Mazzoni, Torres, Oliveira et al (2001, p.31) “As Bibliotecas Universitárias estão diretamente ligadas à qualidade dos cursos de suas universidades.” E Ferreira

(2003) nos diz que para atingir suas finalidades de ensino, pesquisa e extensão, a Biblioteca Universitária necessita de um acervo atualizado, em diferentes suportes, servindo de apoio às pesquisas e investigações científicas dos/as usuários/as com ou sem deficiência, valendo-se, para isso, de pessoal capacitado e em número suficiente, entre outros requisitos.

Com esta afirmação é fundamental que a Biblioteca Universitária não se omita a atender a comunidade, ainda que pequena, de usuários/as com deficiência que a Universidade comporte.

Acreditamos que a universidade deva conhecer as especificidades dos alunos para adaptar-se às suas necessidades de maneira que garanta uma boa educação com currículos adequados, organização escolar, metodologia ativa e tecnologia assistiva. (AZEVEDO, 2012, p.77)

Segundo Pereira e Chagas (1997), em um país como o nosso em que os direitos básicos, inclusive o direito à educação e à cultura são assegurados por leis à biblioteca deve atuar como instrumento para o avanço da educação especial. “[...] precisam ser equipadas de forma que possam oferecer um atendimento especializado que supra as necessidades educativas para que o aluno não tenha prejuízo no seu processo de aprendizagem.” (AZEVEDO, 2012, p.641)

A Portaria normativa nº 14, de 24 de abril de 2007 criou o “Programa Incluir: Acessibilidade na Educação Superior”, que propõe ações que garantem o acesso pleno de pessoas com deficiência às instituições federais de ensino superior (IFES) e tem como principal objetivo fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas IFES. O programa lança editais com a finalidade de apoiar projetos de criação ou reestruturação desses núcleos e recebe propostas de universidades do Brasil inteiro, mas somente as que atendem às exigências do programa são selecionadas para receber o apoio financeiro do MEC. (MEC, 2007)

Em agosto de 1983, a Library for the Blind Section da IFLA (IFLA LBS) desenvolveu um conjunto de recomendações sobre os Padrões Nacionais de Serviço de Biblioteca para Cegos. Desde essa época, a era da informação mudou o modo como os nossos serviços são organizados e entregues. A transformação possibilitou, pela sinergia entre informação e tecnologia da informação, às pessoas incapazes de utilizar material impresso acessar mais informações de maneiras mais fáceis e mais rápidas. Hoje, os leitores incapazes de utilizar

material impresso são mais independentes porque eles podem escolher os formatos e as fontes de conteúdo que necessitam nas formas que não eram possíveis anteriormente. (IFLA, 2009, p.9)

Dentre 37 Seções existentes na International Federation of Library Associations (IFLA) destacamos a Libraries for the Blind Section (LBS), cujo propósito principal é o desenvolvimento dos serviços de bibliotecas para pessoas incapazes de utilizar material impresso no mundo todo. A Seção, antes denominada Section of Libraries for the Blind (IFLA LBS) passou a existir por causa da falta de treinamento profissional adequado para aqueles/as que trabalham em bibliotecas para deficientes visuais e a necessidade de trocar informações e desenvolver padrões comuns.

Hoje, a IFLA LBS utiliza grupos que ajudam a treinar os/as bibliotecários/as e focalizam discussões, em nível internacional, de temas que impactam os serviços de bibliotecas para pessoas cegas, como por exemplo, desenvolvimento de coleções e compartilhamento de recursos, direitos autorais e gerenciamento de direitos, sistemas de bibliotecas e tecnologias, planejamento gerencial e estratégico, advocacia e marketing.

A Secretaria dos Direitos das Pessoas com Deficiência do Estado de São Paulo (2011) apresenta quatro dicas de Bibliotecas Acessíveis para pessoas com deficiência visual.

- 1) Escâner para leitura de livros e publicações em geral, com emissão imediata de voz e possibilidade de gravação em áudio ou em diferentes formatos. [...]
- 2) Linha Braille, que consiste em uma régua perfurada por pequenos pinos que, quando levantados, formam um texto em Braille a partir de sua conexão ao computador ou ao escâner. [...]
- 3) Software leitor de tela para computador. Permite a audição de todos os textos contidos em formato digital incluindo Internet, arquivo de texto e planilhas, desde que não tenham sido gravados em “formatos fotográficos”. [...]
- 4) Ampliador de imagem, dispendo de diversos recursos para que uma pessoa com baixa visão possa ler os textos ampliados em tela de computador. [...]

2.3.2 Campo de pesquisa: SIUNE - Seção de Inclusão para Usuários/as com Necessidades Especiais da Biblioteca Central da UFPB

“Numa sociedade que se pretende inclusiva, o acesso ao conhecimento se faz ao construir canais que possibilitem ao livro ‘falar’ na diversidade de línguas,

ouvidos e olhos que temos” (BARANAUSKAS, 2008, p.13).

O Serviço Braille tem buscado cumprir tal objetivo, pois sempre está revendo o seu compromisso de mediador no processo de transformação social, objetivando a atuar decisivamente na subversão de preconceitos. (PEREIRA; CHAGAS, 1995/1997)

A Biblioteca Central, localizada no Campus I, zona sul de João Pessoa – PB tem como missão dar suporte informacional aos programas de ensino, pesquisa e extensão da Universidade Federal da Paraíba. Segundo dados da *homepage* da Biblioteca Central (www.biblioteca.ufpb.br) mesmo com início de criação no Regimento da UFPB de 1961 só a partir de 11 de agosto de 1967 surgem os primeiros passos para sua criação efetiva. Sua primeira proposta de estruturação foi elaborada pelo Professor universitário e Bibliotecário Edson Nery da Fonseca, cujo projeto foi intitulado "Teoria da Biblioteca Central." A construção foi iniciada, mas não foi concluída ficando instalada provisoriamente numa pequena sala do Instituto de Matemática, passando para a Biblioteca da Escola de Engenharia; posteriormente transferida para o prédio da antiga faculdade de educação e por fim para um edifício anexo ao da reitoria. Em 1976 o processo de estruturação e implantação da Biblioteca Central, a partir da junção do acervo das treze Bibliotecas Setoriais; partindo então para a contratação de Bibliotecários; atualização do acervo; elaboração do regulamento do Sistema de Bibliotecas aprovado, em 1980, pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE); criação de novos serviços; automação dos técnicos; entre outros; culminaram com a construção do prédio definitivo da Biblioteca Central com uma área construída de 8.500m². A Biblioteca Central é formada pela Diretoria, Vice-Diretoria, Secretaria Administrativa, Setor de Contabilidade e por 3 (três) Divisões, que subdividem-se em 11 (onze) Seções.

Segundo Regimento Interno do Sistema de Biblioteca da UFPB (2009) a Diretoria da BC/UFPB, mantém órgãos de direção superior com as seguintes denominações: Divisão de Desenvolvimento das Coleções (DDC), Divisão de Processos Técnicos (DPT) e Divisão de Serviços ao Usuário (DSU) ao qual se subdivide em:

- I – Seção de Referência (SRE)
- II – Seção de Circulação (SCI)
- III – Seção de Periódicos (SPE)
- IV – Seção de Coleções Especiais (SCE)
- V – Seção de Multimeios (SMU)
- VI – Seção de Informação E Documentação (SID)
- VII – Seção para Desenvolvimento Da Leitura (SDL)
- VIII - Seção de Inclusão para Usuários com Necessidades Especiais (SIUNE)

A SIUNE antes do Regimento Interno do Sistema de Biblioteca da UFPB (2009) era subordinada a Seção de Coleções Especiais (DSU). Atualmente, é agregada e condicionada num dos espaços da BC/UFPB. Conta com uma equipe de funcionários/as composta por três bibliotecários/as, dos quais dois têm deficiência visual.

Recentemente o Comitê de Inclusão e Acessibilidade da UFPB conseguiu designar dois estagiários/as do curso de Biblioteconomia para a Seção.

Seu acervo reúne obras em formato Braille, áudio e digitalizado. Em Braille encontramos obras de gramática da língua portuguesa, periódicos de Portugal (Boletim Ponto a Ponto, Poliedro, Rosa dos Ventos e o Jornal de notícias de Portugal), Revistas do Instituto Benjamim Constante Legislação sobre os direitos das Pessoas com Deficiência e livros infanto-juvenil. Em áudio, a seção possui as Revistas Veja, Cláudia e livros digitalizados (mais de 20.000 doados recentemente pela Biblioteca Pública do Paraná). Possui ainda instrumentos que contribuem na produção da escrita Braille como máquina de escrever, punção, reglete, Impressora Braille, Scanner, Computadores e Softwares.

É de fundamental importância destacar que o Serviço Braille da Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba não funciona como instituição fechada em si mesmo, que apenas produz e fornece material ao usuário passivo e sim, como um instrumento vivo e ativo de informação á comunidade universitária e/ou local. (PEREIRA, CHAGAS, 1995/1997 p.104)

Ainda segundo o regimento a seção de inclusão para usuários/as com necessidades Especiais (SIUNE), sob supervisão de seu chefe, compete:

- a) elaborar projetos e propostas de desenvolvimento da Seção visando à comunidade de deficiência visual;
- b) efetuar empréstimo do acervo bibliográfico da coleção disponível na Seção Espaço Braille;
- c) manter contato com instituições voltadas ao apoio ao deficiente visual;
- d) gravar livros e periódicos e textos das necessidades imediatas do portador de deficiência visual;
- e) orientação ao usuário do trabalho realizado na Seção;
- f) atendimento e/ou aconselhamento nas residências das pessoas com deficiência visual;
- g) elaborar cursos de Técnica de Braille, cursos de dicção, fórum de debate etc.;
- h) processamento do material documental em negrito e em Braille;
- i) executar outras atividades pertinentes à coleção em Braille.

Para Nagahama (1986) a Biblioteca deve ser um centro de informação e lazer que visa atender as necessidades informacionais da comunidade. No caso da SIUNE, a comunidade acadêmica com necessidades especiais para sua integração na comunidade oferecendo-lhes oportunidades de desenvolvimento intelectual e social.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos são entendidos como um conjunto de procedimentos técnicos e científicos, que auxiliam e direcionam o estudo, através da caracterização da pesquisa e dos caminhos adotados para a materialização da mesma.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A presente pesquisa constituiu-se em um estudo de caso, já que, de acordo com Gil (2002, p. 75) “é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira que permita a investigação de seu amplo e detalhado conhecimento”. O trabalho teve abordagem quantitativa e qualitativa de caráter exploratório, utilizando como suporte teórico a investigação bibliográfica.

3.2 CAMPO DE PESQUISA

O campo da pesquisa pode ser concebido como o recorte que o/a pesquisador/a faz em termo de espaço. A partir daí, designamos o universo da pesquisa que Barros e Lehfeld (2000, p.86) definem como “[...] o conjunto de elementos que possuem determinadas características para um estudo.” Esta definição faz menção ao ambiente, sujeito e amostra.

A escolha da SIUNE da BC/UFPB se deu pela existência de pessoas com deficiência visual no Campus I, cujas necessidades informacionais devem ser supridas por esta Seção, visto que é missão da biblioteca dar suporte informacional aos programas de ensino, pesquisa e extensão.

3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA DA PESQUISA

O universo da pesquisa é composto pelos/as funcionários/as da SIUNE/BC e por estudantes de graduação com deficiência visual regularmente matriculados/as

no período 2012.2 da UFPB, Campus I, usuários/as reais e/ou potenciais da SIUNE/BC. Segundo informações do Comitê de Inclusão e Acessibilidade da UFPB estão matriculados/as neste período doze estudantes com deficiência visual (cego ou com baixa visão). Para efeito da pesquisa foi considerada uma amostra com os questionários respondidos e devolvidos. Foram enviados, por e-mail, quinze questionários: três destinados aos funcionários/as e doze aos estudantes. Dos três questionários enviados aos funcionários/as um não respondeu por motivo de saúde e um dos respondentes optou em responder presencialmente, neste caso, foi realizada a entrevista.

Dos doze questionários enviados aos alunos/as três não deram retorno e nove responderam, sendo que dos nove, dois optaram em responder presencialmente, neste caso, também foi realizada a entrevista.

3.4 INSTRUMENTO DE PESQUISA

Os dados foram coletados através da aplicação de questionários (apêndices A e B), instrumento direto de coleta de dados, a fim de identificar a questão levantada. Após a coleta foram estruturados e organizados em tabelas para a análise e exposição dos resultados obtidos. (LIMA, 2004).

Para a descrição e análise dos dados utilizamos a estatística.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo, serão descritos os dados, a partir do questionário, aplicado junto a funcionários/as e usuários/as da SIUNE da BC/UFPB.

4.1 DESCRIÇÃO REFERENTE AOS/AS FUNCIONÁRIOS/AS

Na caracterização dos/as funcionários/as da SIUNE da BC/UFPB coletamos os seguintes dados:

(E1) e (E2) possuem curso superior completo, são Bacharel em Biblioteconomia e trabalham na Seção como Bibliotecários/as.

Segundo os participantes, as atividades desenvolvidas por eles na Seção vão desde:

(E1) “Empréstimo, organização do acervo digitalizado, impressão em Braille de materiais solicitados pelos alunos, organização do acervo em áudio.”

(E2) “Empréstimo e Revisão de texto.”

Sobre a frequência dos/as usuários na Seção e a utilização dos serviços prestados, os mesmos informam que:

(E1) Infelizmente, a frequência ainda é muito baixa, mas já estamos com duas estagiárias, conseguidas há pouco tempo, através do Comitê de Inclusão e Acessibilidade da UFPB, organizando todo o seu acervo, objetivando otimizar os serviços oferecidos. Quanto à utilização dos serviços, os poucos alunos que nos procuram, dentro das nossas possibilidades, são atendidos da melhor maneira possível.

(E2) “A frequência e a utilização não são tão grande por falta de divulgação”

Segundo (E1) e (E2) a Seção oferece acervo em Braille, em áudio e digitalizado.

Quando perguntamos se o acervo correspondia às expectativas dos usuários/as houve diferentes posições entre os dois participantes.

(E1) “Sim, pois em seu acervo, constam livros de Filosofia, Direito, Literatura, entre outros, e tanto fazemos o empréstimo de livros e outros materiais aos estudantes universitários quanto à comunidade com deficiência visual.”

(E2) “Pouca coisa, pois o acervo atende a poucos cursos”.

Sobre os serviços oferecidos aos usuários/as

(E1) “O empréstimo dos materiais em Braille (livros, periódicos, leis, cordéis), como também do acervo em áudio, a consulta aos livros digitalizados e a pesquisa através dos computadores com leitores de tela.”

(E2) “Empréstimo e realização de pesquisas utilizando os computadores que possuem leitores de tela.”

Instrumentos de Hardwares e Softwares que possibilitam o acesso à informação:

(E1) “A Seção dispõe de dois computadores, dois scanners de mesa, uma impressora Braille e os Softwares Dosvox e Jaws.”

(E2) “Computador, MP3, CDs, Jaws e Dosvox “

Os serviços foram considerados bons com as seguintes justificativas:

(E1) “Talvez por não ter um acervo totalmente voltado aos estudantes universitários, a frequência não seja tão grande. Daí, a necessidade de fazermos parcerias junto ao Núcleo de Educação Especial e às coordenações dos cursos que tenham alunos com deficiência visual, com o objetivo de proporcionar uma maior interação entre esses alunos e os principais conteúdos vistos em cada disciplina, e assim, procurar atraí-los para a Seção.”

(E2) “Desatualização do acervo”

4.2 ANÁLISE REFERENTE AOS USUÁRIOS/AS

Na análise dos dados referente aos usuários/as da SIUNE da BC/UFPB, as informações foram inseridas em tabelas para uma melhor visualização dos resultados.

Tabela 1 – Sexo

SEXO	FREQUÊNCIA	%
Masculino	03	33
Feminino	06	67
TOTAL	100	100

Fonte: Pesquisa de Campo

Na Tabela 1, pode-se observar que a maioria dos/as usuários/as que participaram da pesquisa de campo, foi constituída por mulheres (67%) e 33% por homens.

Tabela 2 – Faixa etária

OPÇÕES	FREQUÊNCIA	%
17 – 26	05	56
27 – 36	04	44
37 – 46	-	-
46 ou mais	-	-
TOTAL	100	100

Fonte: Pesquisa de Campo

Observamos que a faixa etária dos/as usuários/as apresenta um número de estudantes jovens, visto que, a maioria dos respondentes têm entre 17 a 26 (5 usuários/as) e 27 a 36 (quatro usuários/as).

Tabela 3 – Renda Familiar

OPÇÕES	FREQUÊNCIA	%
Até 1 salário mínimo	04	45
Mais de 1 a 2 salários mínimos	01	11
Mais de 2 a 3 salários mínimos	02	22
Mais de 3 a 5 salários mínimos	02	22
TOTAL	100	100

Fonte: Pesquisa de Campo

Quanto à renda familiar, 45% possui renda familiar de até um salário mínimo; 11% de 1 a 2 salários mínimos, e 44%, entre 2 a 5 salários, evidenciando a necessidade de a biblioteca dispor de equipamentos para os/as usuários/as, uma vez, que dada à condição socioeconômica, os/as mesmos/as não tem acesso particular as tecnologias assistivas.

Tabela 4 – Cursa na UFPB

CURSO	FREQUÊNCIA	%
Ciências Sociais	02	22
Direito	01	11
Fisioterapia	01	11
Letras	01	11
Pedagogia	01	11
Psicologia	01	11
Radialismo	01	11
Serviço Social	01	11
TOTAL	100	100

Fonte: Pesquisa de Campo

Sobre a área do conhecimento que estão cursando a tabela mostra que é variada, evidenciando a necessidade de diversificação do acervo da Seção.

Tabela 5 – Período do curso

OPÇÕES	FREQUÊNCIA	%
1º	03	33
2º	03	33
3º	-	
4º	01	11
5º	-	
6º	01	11
7º	01	11
8º	-	
9º		
10º		
TOTAL	100	100

Fonte: Pesquisa de Campo

A tabela apresenta que a maioria cursa 1º e 2º períodos.

Tabela 6 – Deficiência Visual

DV	FREQUÊNCIA	%
Cego	07	78
Baixa visão	02	22
TOTAL	100	100

Fonte: Pesquisa de Campo

Na Tabela 6, sobre a Deficiência Visual dos/as usuários/as, a maioria (78%) não tem nenhuma visão (cega) e apenas 22%, disseram ter baixa visão. Este resultado orienta a Seção na disponibilização dos equipamentos conforme o grau de deficiência dos/as usuários/as.

Tabela 7 – Conhecimento da existência da Seção

CONHECE	FREQUÊNCIA	%
Sim	09	100
Não	-	

Fonte: Pesquisa de Campo

Com relação ao fato dos/as usuários/as serem informados/as se na BC/UFPB, existe uma Seção que visa atender as necessidades informacionais dos usuários/as com deficiência visual todos responderam positivamente. Entretanto, nem todos conhecem os instrumentos e/ou serviços oferecidos pela Seção, conforme mostram as Tabelas 8 e 9.

Tabela 8 – Conhecimento dos instrumentos e/ou serviços da Seção

CONHECE	FREQUÊNCIA	%
Sim	04	44
Não	05	56
TOTAL	100	100

Fonte: Pesquisa de Campo

Na tabela 8, sobre o conhecimento dos instrumentos e/ou serviços de acesso à informação oferecidos na Seção, 56% dos/as usuários/as disseram não conhecê-los e 44% apontaram terem conhecimento.

Tabela 9 – Utilização dos instrumentos e/ou serviços da Seção

UTILIZA	FREQUÊNCIA	%
Sim	03	33
Não	06	67

TOTAL	100	100
-------	-----	-----

Fonte: Pesquisa de Campo

Sobre a utilização dos instrumentos e/ou serviços de acesso à informação oferecidos, na Seção a tabela 9 mostra que 67% não utilizam e 33% afirmaram acessar os instrumentos e/ou serviços da Seção.

Isso reforça o pouco conhecimento registrado na tabela 8, pois não conhecendo os instrumentos e/ou serviços existentes na Seção, evidentemente que os/as participantes da pesquisa, não utilizaram.

Tabela 10 – Frequência a Seção

OPÇÕES	FREQUÊNCIA	%
Diariamente	-	-
Semanalmente	-	-
Mensalmente	2	22
Raramente	1	11
TOTAL	100	100

Fonte: Pesquisa de Campo

Sobre a frequência a Seção, os/as usuários/as indicaram que dificilmente frequentam, e quando o fazem, acessam mensalmente ou raramente, para consultarem os livros e as impressões Braille.

Quando perguntamos aos que nunca utilizaram como fazem para suprir suas necessidades informacionais responderam:

- a) Recebem ajuda do aluno/a apoiador/a;
- b) Usam tecnologias assistivas próprias;
- c) Procuram o Núcleo de Educação Especial (NEDESP).

Um dos entrevistados afirma “Procuro o NEDESP até porque a biblioteca não

oferece os livros em Braille que o curso sugere”. Outro nos respondeu:

Tenho muita vontade de visitar a seção Braille da Biblioteca Central, mas não o fiz porque não sei chegar à biblioteca e, apesar do tempo de curso que tenho minhas amigas e eu não tivemos tempo para que eu, com a ajuda delas, aprendesse a chegar lá. Aprender isso sozinha não é tão fácil, haja vista que a biblioteca é um pouco distante do meu centro.

Tabela 11 – Avaliação dos instrumentos e/ou serviços

OPÇÕES	FREQUÊNCIA	%
Excelente	-	-
Ótimo	-	-
Bom	2	22
Regular	1	11
TOTAL	100	100

Fonte: Pesquisa de Campo

Sobre a avaliação dos instrumentos e/ou serviços oferecidos pela Seção três, dos quatro, que disseram conhecer instrumentos e/ou serviços existentes na Seção responderam. Dois classificaram como bom e um como regular. E justificaram: “O acervo não é satisfatório, mas os funcionários fazem o possível para atender nossas necessidades.” “As impressões nos auxiliam um pouco.”

O serviço oferecido é muito falho devido à falta de livros compatível com o ensino superior. Também sinto falta de um computador com o programa de voz que possua o catálogo dos livros que são oferecidos para facilitar a busca dos mesmos, pois no momento quando chegamos lá temos que perguntar aos funcionários se tem ou não o determinado livro e geralmente não tem.

A ausência de respostas indica a necessidade de maior disseminação sobre a existência dos instrumentos e/ou serviços oferecidos pela Seção para as pessoas com deficiência visual. Outras pesquisas precisam ser realizadas para uma análise aprofundada do fenômeno.

Diante disso, os/as usuários/as sugeriram instrumentos e/ou serviços oferecidos na SIUNE/BC para atender suas necessidades informacionais:

- a) Oferta de material em áudio e legível por computador;
- b) Melhor acessibilidade do local e aquisição de livros para que auxiliem de forma efetiva os/as alunos/as.
- c) Potencializar a internet para realização de pesquisas;
- d) Atualizar o acervo;
- e) Adquirir livros com biografias para cursos superiores, pois, segundo os/as usuários/as, os livros da biblioteca são de nível fundamental e médio;
- f) Melhorar a acessibilidade física do local, uma das entrevistadas disse que a biblioteca deveria ter piso tátil e estar localizada no piso superior.

Essas sugestões nos remetem a Coutinho e Silva (2012) quando afirmam que os serviços de informação são específicos ao público que devem atender.

Para Mazzoni, Torres, Oliveira et al (2001, p.31) “ As Bibliotecas Universitárias estão diretamente ligadas à qualidade dos cursos de suas universidades.” E Ferreira (2003) nos diz que para atingir suas finalidades de ensino, pesquisa e extensão a Biblioteca Universitária necessita de um acervo atualizado, em diferentes suportes, servindo de apoio às pesquisas e investigações científicas dos/as usuários/as com ou sem deficiência, valendo-se, para isso, de pessoal capacitado e em número suficiente, entre outros requisitos. (FERREIRA, 2003).

Com esta afirmação de Ferreira (2003) é fundamental que a Biblioteca Universitária não se omita a atender a comunidade, ainda que pequena, de usuários/as com deficiência que a Universidade comporte.

Por essa razão as bibliotecas, de acordo com Azevedo (2012, p.64) “[...] precisam ser equipadas de forma que possam oferecer um atendimento especializado que supra as necessidades educativas para que o aluno não tenha prejuízo no seu processo de aprendizagem”.

As sugestões de melhoria, descritas nesta pesquisa, serão encaminhadas à Seção de Braille da Biblioteca para que a mesma possa potencializar o atendimento, atendendo as necessidades informacionais dos/as usuários/as da mesma.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa oferece sugestões a respeito de como possibilitar o acesso à informação para alunos/as com deficiência visual, mediante suas necessidades informacionais para melhor efetivar o processo de ensino aprendizagem em Instituições de Ensino Superior (IES). Por meio dos questionários aplicados foi possível conhecer as ferramentas utilizadas para o atendimento e a aceitação por parte dos/as usuários/as constatando que por mais que a Instituição em estudo possua um setor responsável por suprir as necessidades desses alunos/as, a mesma necessita de melhorias, como as citadas acima pelos funcionários e usuários/as, para atendê-los/as adequadamente.

A fundamentação teórica nos mostrou as profundas transformações sociais ocorridas, principalmente no século XX com as conquistas e definições de direitos humanos, de modo especial daqueles que fogem da “normalidade” segundo os padrões hegemônicos da sociedade.

O Sistema Braille constitui-se como um valioso instrumento para independência da pessoa com deficiência visual para ler e escrever, foi o grande divisor de águas para aqueles que não podem ver, mas vale ressaltar que as tecnologias assistivas vêm agilizando o processo de acesso e a produção do conhecimento. O Sistema Braille possibilita o contato direto com a forma de escrita das palavras (produção e leitura), mas o volume dos textos quando transcritos em Braille fazem surgir à necessidade da substituição do sistema Braille por ferramentas sonoras.

O estudo se propôs a discutir a problemática dos estudantes com deficiência visual de nível superior embasados no conhecimento dos instrumentos e serviços oferecidos pela SIUNE da BC/UFPB e os resultados obtidos nos sugerem mudanças significativas no setor em foco.

A pesquisa subsidiará ações inclusivas não só no campo em que realizamos a pesquisa, mas em toda unidade de informação caracterizada como Biblioteca Universitária; professores/as, no processo ensino-aprendizagem de pessoas com

deficiência; e aos próprios/as alunos/as com deficiência visual com um breve resumo de leis, normas e decretos sobre acessibilidade e inclusão.

Concluindo, ficou evidente com esta pesquisa a necessidade da Seção potencializar o acesso e a disseminação dos instrumentos e serviços oferecidos pela unidade para atender de forma efetiva e com inclusão social, as pessoas com deficiência.

Com base nos resultados da pesquisa recomendamos:

- Oferta de material em áudio e legível por computador;
- Melhor acessibilidade ao local;
- Aquisição de livros, em Braille, que atendam a demanda dos usuários;
- Escâner para leitura de livros e publicações em geral, com emissão imediata de voz e possibilidade de gravação em áudio ou em diferentes formatos;
- Hardwares e Softwares de ampliação.

REFERÊNCIAS

- AMIRALIAN, Maria L. T.; PINTO, Elizabeth B.; GHIRARDI, Maria I. G. et al. Conceituando deficiência. **Rev. de Saúde Pública**, São Paulo, v.34, n.1, p. 97-103, fev. 2000. Disponível em: <<http://www.scielosp.org/pdf/rsp/v34n1/1388.pdf>>. Acesso em 18 de jul. 2012.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR: 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2004. 97p.
- AZEVEDO, Maria Carolina Albuquerque de. **Políticas de Acesso para Discentes com Deficiência Visual no Ensino Superior**: um estudo de caso. 2013. 149f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2013.
- BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Makron books, 2000.
- BARANAUSKAS, M. Cecília C. IN: PUPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; FERRÉS, Sofia Pérez (Org.). **Acessibilidade**: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas, SP: Unicamp, 2008. (Prefácio).
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília**: promulgada em 05 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 39ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006. (série Legislação Brasileira).
- BRASIL. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**, Brasília, 2007. Disponível em: <www.bancodeescola.com/Carilha_Convencao_sobre_os_Direitos_das_Pessoas_com_Deficiencia.rtf>. Acesso em: 22 fev. 2013.
- BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 21 dez. 1999. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/decreto3298.pdf>>. Acesso em 29 ago. 2012.
- BRASIL. Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 09 out. 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/decreto3956.pdf>>. Acesso em 29 ago. 2012.
- BRASIL. Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis 10.048, de 08 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098 de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 3 dez. 2004. Disponível em:

<<http://www.mj.gov.br/sedh/ct/CORDE/dpdh/sicord/dec5296.asp>>. Acesso em: 29 ago. 2012.

BRASIL. Decreto nº 7.480 de 16 de maio de 2011. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e das Funções Gratificadas do Ministério da Educação e dispõe sobre remanejamento de cargos em comissão. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 17 de maio de 2011. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2011/decreto-7480-16-maio-2011-610637-norma-actualizada-pe.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura – MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. 1999. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro03.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Apresentada em 07 de janeiro de 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>>. Acesso em: 26 fev. 2013.

BRASIL. **Plano Nacional do Livro Didático**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=668&id=12391&option=com_content&view=article>. Acesso em: 09 set. 2012.

BRASIL. Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 11 nov. 2003. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria3284.pdf>>. Acesso em 29 ago. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria normativa nº 14, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a criação do "Programa Incluir: Acessibilidade na Educação Superior". **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 de abril de 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/programa_incluir.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2013.

BRUMER, Anita; PAVEI, Katiuci; MOCELIN, Daniel Gustavo. Saindo da “escuridão”: perspectivas da inclusão social, econômica, cultural e política dos portadores de deficiência visual em Porto Alegre. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, n.11, p. 300 - 327, jan/jun. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n11/n11a13.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2012.

COUTINHO, Johny Franklins Pereira; SILVA, Alba Lígia de Almeida. Analisando as condições de acessibilidade para usuários com deficiência física numa Biblioteca Universitária em João Pessoa. **Biblionline**, João Pessoa, v. 8, n. esp., p. 3-17, 2012. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/biblio/article/view/14187>>. Acesso em: 28 mar. 2013.

ECO, Umberto. **O nome da rosa**. Rio de Janeiro: O Globo, 2003. 479p.

FERREIRA, Danielle Thiago. Profissional da informação: perfil de habilidades demandadas pelo mercado de trabalho. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 42-49, 2003.

FRAGOSO, G. M.; DUARTE, R. Livro, leitura, biblioteca...uma historia sem fim. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 8/9, p. 166-170, 2003/2004. Disponível em: <<http://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/383>>. Acesso em: 28 mar. 2013.

FRANCO, João Roberto; DIAS, Tércia Regina da Silveira. **A pessoa cega no processo histórico: um breve percurso**, 2005. Disponível em: <http://www.ibc.gov.br/?catid=4&itemid=10028>. Acesso em: 20 maio 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas S.A., 2002.

GONZALEZ, Camilla Juliana. Biblioteca Acessível: serviços de informação para usuários com deficiência, São Paulo: **Rede SACI**, mar. 2003. Disponível em: <http://saci.org.br/?modulo=akemi¶metro=4602>. Acesso em: 09 set. 2012.

IFLA. **Bibliotecas para cegos na era da informação: diretrizes de desenvolvimento**. São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo. 2009. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=9FMJULRqYUAC&hl=pt-BR>>. Acesso em: 20 maio 2013.

LEITE, Ana Lúcia. **A utilização das tecnologias de comunicação e informação com alunos deficientes visuais o ensino fundamental para acesso à leitura no Instituto dos Cegos da Paraíba - Adalgisa Cunha**. 2010. 40f. (Especialização)- Faculdade de Biblioteconomia e documentação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

LEMO, Antônio Agenor Briquet de. Bibliotecas. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CALDEIRA, Paulo da Terra; MACEDO, Vera Amália Amarante (Org.). **Formas e expressões do conhecimento: introdução às fontes de informação**. Belo Horizonte: Escola de Biblioteconomia da UFMG, 1998. p. 345-366.

LIMA, Manolita Correia. **Monografia: a engenharia da produção acadêmica**. São Paulo: Saraiva, 2004.

MAZZONI, Alberto Angel et al. Aspectos que interferem na construção da acessibilidade em bibliotecas universitárias. **Ci. Inf.**, Brasília, v.30, n.2, maio / ago. 2001. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19652001000200005>>. Acesso em: 14 mar. 2012.

MELO, Amanda Meincke. In: PUPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; FERRÉS, Sofia Pérez (Org.). **Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas**. Campinas, SP: Unicamp, 2008. Cap. 3.

MÍDIA e deficiência. [Brasília]: ANDI; Fundação Banco do Brasil, 2003. 184p. (Série Diversidade, v.2). Disponível em: <http://www.andi.org.br/_pdfs/Midia_e_deficiencia.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2012

MORIGI, José Valdir; SOUTO, Luzane Ruscher. Entre o passado e o presente: As visões de biblioteca no mundo contemporâneo. **Rev. ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v.10, n.2, p. 189-206, jan./dez., 2005. Disponível em: <revista.acbsc.org.br/racb/article/download/432/552>. Acesso em: 01 abr. 2013.

NAGAHAMA, Maria Cristina. O deficiente visual e a biblioteca Braille. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v.19, n.1/4, p.5-17, dez. 1986.

NENEZES, Nelijane C.; FRANKLIN, Sérgio. Audiolivro: uma importante contribuição tecnológica para os deficientes visuais. **Ponto de Acesso**. Salvador, v. 2, n. 3, p. 58-72, dez. 2008. Disponível em: <www.pontodeacesso.ici.ufba.br>. Acesso em: 22 dez 2012.

NOVAK, Loiva Duarte. **Biblioteca Universitária e o serviço de referência virtual: parceria a favor do usuário**. 2010. 68f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

OLIVEIRA, Naziberto Lopes. **Livro acessível: universal**. [S.l: s.n.], [2008]. Disponível em: <<http://www.livroacessivel.org>>. Acesso em: 21 de mar. 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral da ONU em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Acesso em: 01 set. 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração de Direitos das Pessoas com Deficiência**. Resolução aprovada pela Assembléia Geral da ONU, em 09 de dezembro de 1975. Disponível em: <http://mpdft.gof.br/sicord/legislação01_A1_01.htm>. Acesso em: 01 set. 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração de Salamanca**. Declaração aprovada por aclamação na cidade de Salamanca, Espanha em 10 jun. de 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2012.

PEREIRA, Domingos Sávio. Importância da leitura em Braille para a formação intelectual e cultural das pessoas com deficiência visual versus o livro falado. In: SEMINÁRIO POLÍTICAS DE INCENTIVO À LEITURA, 2009, Minas Gerais. **Anais eletrônicos...** Recife, 2009. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/53654812/A-Importancia-da-Leitura-em-Braille-para-a-Formacao-Intelectual-e-Cultural-das-Pessoas-com-Deficiencia-Visual-Versus-o-Livro-Falado>>. Acesso em: 15 fev. 2013.

PEREIRA, Marília M. Guedes. **Biblioterapia: proposta de um programa de leitura para portadores de deficiência visual em bibliotecas públicas**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1996. 88 p.

PEREIRA, Marília M. Guedes; CHAGAS, Paulo da Silva. Gerenciamento do Serviço do serviço Braille na Biblioteca Central da UFPB em Bibliotecas Universitárias: relato de uma experiência. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 18, 1997, São Luís do Maranhão. **Anais...** São Luís do Maranhão: COLLECTA, 1997. V.3, p.107-114.

_____. Retrospectiva do Serviço Braille da Biblioteca Central da UFPB. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 26/28, p.103-109, 1995/1997.

PUPO, Deise Tallarico. In: PUPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; FERRÉS, Sofia Pérez (Org.). **Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas**. Campinas, SP: Unicamp, 2008. Cap. 6.

RIGOLDI, Vivianne. Atendimento Educacional Especializado: Do Direito à Educação Especial à Educação Inclusiva. In. AGOSTINHO, Luís Otávio Vincez; HERRERA, Luiz Henrique Martin, (Org). **Tutela dos direitos humanos e fundamentais: ensaios a partir das linhas de pesquisa construção do saber jurídico e função política do direito**. Birigui, SP: Boreal, 2011.

SANTOS, M. P. Perspectiva histórica do movimento integracionista na Europa. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v.2, n.3, p.21-29, 1995. Disponível em: <http://www.abpee.net/homepageabpee04_06/artigos_em_pdf/revista3numero1pdf/r3_art02.pdf>. Acesso em: 01 set. 2012.

SÃO PAULO. Secretaria dos Direitos das Pessoas com Deficiência. **Secretaria apresenta dicas para Bibliotecas Acessíveis**. São Paulo: [s.n.], 2011. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/sis/lenoticia.php?id=751>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006. 176p.

_____. Como chamar as pessoas que têm deficiência? **Revista da Sociedade Brasileira de Ostmizados**, ano I, n. 1, 1º sem. 2003, p. 8-11. Disponível em: <<http://www.planetaeducação.com.br/portal/artigo.asp?artigo=1855>>. Acesso em: 06 mar. 2013.

SONZA, Andéa Polleto. **Ambientes virtuais acessíveis sob a perspectiva de usuários com limitação visual**. 2008. 313f. Tese apresentada ao Programa de pós graduação em Informática na Educação do Centro de Interdisciplinaridade de Novas Tecnologias da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SOUZA, Addan Tritty Rezende de. Um olhar através da História: analisando a cegueira nas sociedades ao longo do tempo. **Revista Visão Acadêmica**, Goiás, nº 4, p. 99-115, maio, 2012. Disponível em: <http://www.coracoralina.ueg.br/visao_academica/revista/2012_maio/cegueira_sociedades.pdf>. Acesso em: 20 maio 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Regimento Interno do Sistema de Biblioteca da UFPB**, João Pessoa, 2009.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO APLICADO NA SEÇÃO BRAILLE DA BIBLIOTECA
CENTRAL DA UFPB

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA

Prezado/a

Solicitamos a colaboração no sentido de responder a este questionário que tem como objetivo extrair subsídios para o conhecimento das formas de acesso à informação, oferecidas pela Seção Braille da Biblioteca Central da UFPB, para pessoas com deficiência visual: cegos e de baixa visão. Ressaltamos que as informações obtidas serão utilizadas única e exclusivamente para fins acadêmicos.

Questionário (Funcionário/a e Bibliotecário/a)

Parte I: Caracterização do/a funcionário/a

1 Grau de escolaridade:

() Ensino médio completo

() Superior incompleto.

Qual? _____

() Superior completo.

Qual? _____

() Pós-graduação incompleto.

Qual? _____

() Pós-graduação completo .

Qual? _____

2 Cargo:

() Funcionário /a () Bibliotecário/a () Auxiliar de biblioteca

Parte II Instrumentos e serviços de acesso à informação, oferecidos pela SIUNE/BC/UFPB para pessoas com deficiência visual.

3 Quais as atividades que você desenvolve na Seção?

4 Como você analisa a frequência dos/as usuários/as na Seção e a utilização dos serviços prestados?

5 Tipo de acervo oferecido na Seção:

6 O acervo corresponde as expectativas dos usuários/as?

7 Quais os serviços oferecidos aos usuários/as?

8 Instrumentos de Hardwares que possibilitam o acesso à informação disponíveis na Seção:

9 Instrumentos de Softwares que possibilitam o acesso à informação disponíveis na Seção:

10 Qual a sua avaliação sobre os serviços?

() Excelente

() Ótimo

() Bom

() Regular

Justifique: _____

11 Use o espaço abaixo para comentar, criticar e/ou sugerir mudanças nos instrumentos e serviços oferecidos na SIUNE/BC/UFPB:

Obrigada!

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO APLICADO NA SEÇÃO BRAILLE DA BIBLIOTECA
CENTRAL DA UFPB

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA

Prezado/a

Solicitamos a colaboração no sentido de responder a este questionário que tem como objetivo extrair subsídios para analisar as formas de acesso à informação, oferecidas pela Seção Braille da Biblioteca Central da UFPB, para pessoas com deficiência visual: cegos e de baixa visão. Ressaltamos que as informações obtidas serão utilizadas única e exclusivamente para fins acadêmicos.

Questionário (usuário/a)

Parte I: Caracterização dos/as usuários/as

1 Sexo:

() Masculino () Feminino

2 Faixa etária:

- () 17 a 26
- () 27 a 36
- () 37 a 46
- () 46 ou mais

3 Renda Familiar

- () Até 1 sm
- () + de 1 a 2 sm
- () + de 2 a 3 sm
- () + de 3 a 5 sm

- + 5 sm
- Sem renda

4 Qual o seu curso na UFPB?

5 Qual o período do curso?

6 Deficiência visual

- Cego
- Baixa visão

Parte II: Sobre a SIUNE/BC

7 Você sabe que na BC/UFPB existe a SIUNE - Seção de Inclusão para Usuários com Necessidades Especiais?

- Sim
- Não

8 Conhece os instrumentos e serviços de acesso à informação para pessoas com deficiência visual que a Seção oferece?

- Sim
- Não

9 Já utilizou instrumentos e/ou serviços ofertados pela Seção?

- Sim
- Não

10 Se sim, com que frequência você utiliza os serviços da Seção?

- Diariamente
- Semanalmente
- Mensalmente

() Outra Qual? _____

11 Se não utilizou como faz para suprir suas necessidades informacionais?

12 Se utilizou quais os instrumentos e/ou serviços que você utilizou?

13 Qual a sua avaliação sobre os serviços:

() Excelente

() Ótimo

() Bom

() Regular

Justifique: _____

14 Use o espaço abaixo para comentar, criticar e/ou sugerir instrumentos e serviços oferecidos na SIUNE/BC/UFPB:

Obrigada!